



SANTA RITA SAÚDE S/A. - CNPJ/MF n.º 95.642.179/0001-97 - Registro ANS nº 34818-0
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente

SANTA RITA SAÚDE S/A. CNPJ/MF n.º 95.642.179/0001-97 Registro ANS nº 34818-0

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração do Santa Rita Saúde S.A. ("Companhia") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório do auditor independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

1. Introdução

O Santa Rita Saúde S.A. completou no ano de 2019 vinte e sete anos de existência, desenvolvendo nesse período uma solidez de mercado que lhe confere uma carteira com mais de 58.000 beneficiários (56.000 em 2018).

2. Performance do exercício

No ano 2018, o mercado das operadoras dos planos de saúde no Brasil obteve queda do número de beneficiários, enquanto que o Santa Rita Saúde atingiu um crescimento de 2%.

3. Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto

No ano de 2019, não houve alterações societárias que resultassem em alteração do controle direto da operadora, entretanto, houve a transferência de controle societário indireto ocorrida na controladora Multivida Participações S.A. conforme esclarecimentos, informações e autorizações apresentadas para a ANS.

4. Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte

A expectativa da administração é a de conduzir os melhores esforços em manutenção da atual base de beneficiários e estrito controle técnico dos custos assistenciais, também estamos conduzindo esforços comerciais no intuito de capturar os beneficiários de outros planos que buscam alternativas migrando, via portabilidade, para nossa base de clientes.

5. Administração

No exercício de 2019, a Companhia continuou com severos investimentos na aquisição de capital humano, aprimoramento da gestão via treinamento e melhoria de processos com adoção de tecnologia inovadora e automação. A Companhia possuía um total de 158 colaboradores em 31 de dezembro de 2019 (143 em 2018).

Abaixo, destacamos os investimentos realizados em recursos humanos:

Investimentos	2018	2019
Despesa de salário e benefícios a empregados	R\$ 2.091.405,00	R\$ 2.372.706,00

6. Proteção ao meio-ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montantes aplicados.

O Santa Rita Saúde promove de forma contínua a melhoria de seus processos, visando estabelecer princípios, conceitos e responsabilidades como forma de contribuir para gestão e qualidade ambiental. O Santa Rita Saúde realiza o gerenciamento de resíduos através da contratação de empresa especializada na coleta e destinação final de resíduos orgânicos, infectantes, químicos e perfuro cortante.

7. Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento.

O Santa Rita Saúde vem cumprindo as exigências financeiras, conforme as determinações da Agência Nacional de Saúde o que pode ser comprovado pelo relatório de Procedimentos Previamente Acordados emitido por auditoria independente.

Santa Rita Saúde S.A.

Fabio Minamisawa Hirota
Diretor Financeiro

Carlos Augusto Ferreira
Diretor

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do Santa Rita Saúde S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Rita Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Rita Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 20 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Machado
Contador CRC PR-042584/O-7

PricewaterhouseCoopers, Av Pedro Taques, 294, 10º Sala 1003 e 1004– Maringá-PR 87.030-000

T: (44) 3472 2200, F: (44) 3472 2290, www.pwc.com/br

Santa Rita Saúde S.A. Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante			Circulante		
Disponível (Nota 6)	1.391	1.224	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (Nota 16)		
Aplicações financeiras (Nota 7)	42.314	29.717	Provisão para prêmios ou contribuições não ganhas – PPCNG	1.769	1.760
Contraprestações pecuniárias a receber (Nota 8)	4.816	5.109	Provisão para remissão	3	5
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde (Nota 9)	1.186	1.517	Provisão de eventos a liquidar para SUS	8.831	5.221
Bens e títulos a receber (Nota 10)	727	730	Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA	4.921	4.521
Impostos a recuperar (Nota 11)	434	195	Provisão eventos a liquidar e operações de assistência à saúde	7.607	7.283
Partes relacionadas (Nota 24 b)	9.871	3.764	Débitos de operações de assistência à saúde	3	28
	60.739	42.256	Tributos e encargos sociais a recolher (Nota 17)	3.768	2.886
			Débitos diversos (Nota 18)	2.407	2.350
			Empréstimos e financiamentos a pagar (Nota 19)	51	337
			Provisões (Nota 20)	2.745	3.223
				32.105	27.614
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (Nota 16)		
Bens e títulos a receber (Nota 10)	546	546	Provisão para remissão		3

Planilha2

Depósitos judiciais (Nota 12)	2.007	1.914	Provisão de eventos a liquidar para SUS	126	209
Ativo fiscal diferido (Nota 13)	<u>1.579</u>	<u>1.621</u>	Tributos e encargos a recolher (Nota 17)		
			Empréstimos e financiamentos a pagar (Nota 19)	7	44
	<u>4.132</u>	<u>4.081</u>	Provisões (Nota 20)	<u>787</u>	<u>658</u>
Investimentos (Nota 14)	1.111	1.037		<u>920</u>	<u>914</u>
Imobilizado (Nota 15)			Total do passivo	<u>33.025</u>	<u>28.528</u>
Imóveis de Uso Próprio – Hospitalares / Odontológicos	312	316			
Imóveis de Uso Próprio – Não Hospitalares / Não Odontológicos	195	144	Patrimônio líquido (Nota 21)		
Bens Móveis – Hospitalares / Odontológicos	652	626	Capital social	9.293	9.293
Bens Móveis - Não Hospitalares / Não Odontológicos	613	567	Reserva de reavaliação	133	136
Outras Imobilizações - Hospitalares / Odontológicas	<u>55</u>	<u>30</u>	Reserva legal	1.859	1.859
	<u>1.827</u>	<u>1.683</u>	Reserva de lucros	<u>23.536</u>	<u>9.272</u>
Intangível	<u>36</u>	<u>31</u>			
Total do ativo não circulante	<u>7.107</u>	<u>6.832</u>	Total do patrimônio líquido	<u>34.821</u>	<u>20.560</u>
Total do ativo	<u>67.846</u>	<u>49.088</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>67.846</u>	<u>49.088</u>

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		
Receitas com operações de assistência à saúde		
Contraprestações líquidas	159.731	147.401
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	5	6
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(5.479)	(5.316)
	<u>154.257</u>	<u>142.091</u>
Eventos indenizáveis líquidos		
Eventos indenizáveis líquidos	(93.069)	(81.375)
Variação da PEONA (Nota 16)	(400)	(420)
	<u>(93.469)</u>	<u>(81.795)</u>
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	<u>60.790</u>	<u>60.296</u>
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	9	11
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar (Nota 28)	1.980	2.212
Receitas com operações de assistência odontológica (Nota 28)	3.454	3.149
Outras receitas (Nota 28)	457	118
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(262)	(261)
	<u>5.629</u>	<u>5.218</u>
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde		
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(594)	(769)
Provisão para perdas sobre créditos	(913)	(853)
	<u>(1.507)</u>	<u>(1.622)</u>
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora (Nota 29)	4.750	(4.232)
Resultado bruto	<u>60.171</u>	<u>59.671</u>
Despesas de comercialização (Nota 25)	(2.694)	(2.504)
Despesas administrativas (Nota 25)	(17.879)	(20.138)
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras (Nota 30)	2.241	2.662
Despesas financeiras (Nota 30)	(2.280)	(1.372)

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	<u>26.171</u>	<u>24.773</u>
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>26.171</u>	<u>24.773</u>

	<u>(39)</u>	<u>1.290</u>
Resultado patrimonial		
Receitas patrimoniais (Nota 27)	273	258
Ajustes positivos (negativos) de investimentos em controlada (Nota 14)		(151)
	<u>273</u>	<u>107</u>
Lucro antes dos impostos	<u>39.830</u>	<u>38.426</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Nota 31)	<u>(13.653)</u>	<u>(13.653)</u>
Imposto de renda (Nota 31)	(10.005)	(9.811)
Contribuição social (Nota 31)	(3.611)	(3.541)
Impostos diferidos (Nota 31)	(43)	(301)
	<u>26.171</u>	<u>24.773</u>
Lucro líquido de exercício		
Lucro líquido básico e diluído por ação - Em R\$ (Nota 22)	<u>2,82</u>	<u>2,82</u>

Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora					Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2017	<u>8.743</u>	<u>1.544</u>	<u>5.853</u>	<u>139</u>		<u>16.279</u>
Realização da reserva de reavaliação				(3)	3	
Aumento de capital social (nota 21 (a))	550				(550)	
Lucro líquido do exercício					24.773	24.773
Distribuição de lucros acumulados (Nota 21 (b))					(14.639)	(14.639)
Destinações do lucro:						
Reserva legal (Nota 21 (c))		315			(315)	
Retenção de lucros			9.272		(9.272)	
Distribuição de lucros (Nota 21 (b))			(5.853)			(5.853)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>9.293</u>	<u>1.859</u>	<u>9.272</u>	<u>136</u>		<u>20.560</u>
Realização da reserva de reavaliação				(3)	3	
Lucro líquido do exercício					26.171	26.171
Destinações do lucro:						
Retenção de lucros			23.538		(23.538)	
Distribuição de dividendos (Nota 21 (c))			(9.274)		(2.636)	(11.910)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>9.293</u>	<u>1.859</u>	<u>23.536</u>	<u>133</u>		<u>34.821</u>

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>39.830</u>	<u>38.426</u>
Ajustes de		
Depreciação do ativo imobilizado	297	313
Amortização do ativo intangível 100% CDI	100%	5
Ajustes negativos (positivos) de investimentos em controlada (Nota 14)		151
Alienações do ativo imobilizado		62
Provisão (reversão) para perdas sobre créditos, líquidas	1.669	853
Despesas de juros	15	52
Provisões para ações judiciais, líquidas	269	482
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	3.927	1.879
	<u>46.017</u>	<u>42.223</u>
Redução (aumento) dos ativos		
Contraprestações pecuniárias a receber	(620)	(1.591)
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	(422)	(667)
Bens e títulos a receber	(6.111)	(599)
Créditos tributários e previdenciários	(239)	722

Depósitos judiciais	(94)	(424)
Demais contas a receber	6	
Aumento (redução) dos passivos		
Eventos a liquidar e operações de assistência à saúde	323	715
Tributos e encargos a recolher	1.257	879
Débitos diversos	(593)	(851)
Provisão para prêmios ou contribuições não ganhas – PPCNG	10	899
Caixa gerado nas operações	39.534	41.306
Juros pagos	(1)	(8)
Imposto de renda e contribuição social pago	(13.993)	(13.308)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	25.540	27.990
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(12.597)	(132)
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 14)		
Aumento de capital em investidas		
Alienação (aquisição) de investimentos	(74)	(118)
Aquisições de ativo imobilizado	(441)	(684)
Aquisições de ativo intangível	(14)	(27)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(13.126)	(961)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	331	152
Amortização de empréstimos e financiamentos	(668)	(566)
Dividendos pagos	(11.910)	(26.062)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(12.247)	(26.476)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	167	553
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.224	671

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Santa Rita Saúde S.A. ("Companhia"), com sede em Maringá-PR, é uma sociedade por ações de capital fechado.

A Santa Rita Saúde S.A. está habilitada à prática de atividades que lhe são atribuídas pela regulamentação aplicável, atuando como Operadora de Planos de Saúde, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o no 34.818-0.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2020.

1.2 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, observando a Lei das operadoras de Planos de Saúde nº 9.656/1998, as práticas contábeis aplicadas a entidades regulamentadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo que o modelo de apresentação e o plano de contas utilizado segue regulamentação da RN nº 344/2013 e RN nº 314/2012 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

A Companhia não possui transações em moedas estrangeiras.

2 Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)

O disponível é constituído de numerários em caixa e em trânsito, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.2 Ativos financeiros

2.2.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros em aplicações sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.2.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber de fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos, financiamentos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia opera basicamente títulos de liquidez imediata no grupo de ativos financeiros mensurados ao valor justo, os quais não divergem de seu valor de mercado.

2.2.3 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Contraprestações pecuniárias a receber

Referem-se aos valores das parcelas de contratos de planos de assistência à saúde, reconhecidos pelo valor justo deduzido da Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

Destacam-se neste grupo:

. Pré-pagamento: mensalidades do plano privado de assistência à saúde calculada e paga antes da utilização das coberturas contratadas.

. Custo Operacional: mensalidades do plano privado de assistência à saúde calculada e paga após a realização das despesas com utilização das coberturas contratadas.

As provisões para *impairment* são reconhecidas quando houver evidência objetiva (como dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte, inadimplência ou atraso significativo no pagamento) que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos nos termos a receber, sendo o valor dessa provisão a diferença entre o valor contábil líquido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros associados aos valores a receber que sofrerem *impairment*.

Para as contraprestações pecuniárias a receber que são registradas líquidas, as provisões são registradas como uma conta retificadora separada, sendo o prejuízo reconhecido dentro de outras despesas operacionais com plano de assistência a saúde na demonstração do resultado. Na confirmação de que as contraprestações pecuniárias a receber não serão cobráveis, o valor contábil bruto do ativo é baixado contra a provisão associada.

2.4 Créditos tributários e previdenciários

Referem-se a impostos que serão compensados posteriormente com saldos de impostos a pagar. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com expectativa de compensação superior a 12 meses (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.5 Bens e títulos a receber

2.5.1 Aluguéis a receber

Os títulos a receber de aluguéis correspondem aos valores a receber pela locação de imóveis pertencentes a Companhia realizadas no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, os aluguéis a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os títulos a receber de aluguéis são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

2.5.2 Adiantamentos a receber

Os títulos a receber de **adiantamentos** correspondem aos valores a receber pela antecipação de recursos realizados no curso normal das atividades a **funcionários, prestadores e fornecedores**. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, os adiantamentos a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os títulos a receber de adiantamentos são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

2.5.3 Cheques a receber

Os cheques a **receber, devolvidos ou em custódia**, correspondem aos valores recebidos por meio de cheques, mas não cobráveis imediatamente por possuírem uma data futura de compensação. Podem originar-se, também, de cheques recebidos anteriormente e devolvidos por falta de fundos e que estão em processo normal ou judicial de cobrança. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, os cheques a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os cheques a receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

2.5.4 Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber correspondem aos valores a receber normalmente não originadas do objeto principal no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, os outros créditos a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os outros créditos a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

2.6 Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais estão vinculados, em sua maior parte, a processos em discussão judicial, atualizados até 31 de dezembro de 2019. Os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS RN 322/2013 não contemplar essa reclassificação.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico atribuído na aquisição dos bens, menos a depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxas demonstradas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no fim de cada exercício.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.9 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde**2.9.1 Provisão para remissão**

A Resolução Normativa 75, de 10 de maio de 2004, obriga a constituição de provisão para remissão. Através de metodologia definida em nota técnica atuarial, aprovada pela ANS é utilizada para assegurar aos dependentes do titular falecido, a garantia do atendimento à saúde prevista contratualmente.

2.9.2 Provisão para ressarcimento ao SUS

Os eventos a liquidar para SUS referem-se aos valores cobrados de assistência à saúde pela ANS, relativos aos atendimentos previstos nos contratos com os beneficiários da operadora e que tenham sido efetuados na rede pública integrante do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.9.3 Provisão para prêmios ou contribuições não ganhas - PPCNG

Constituída conforme estabelecido na RN 314/2012 da ANS para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer e registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha de acordo com o regime de competência.

2.9.4 Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

A PEONA, conforme a Resolução Normativa 209/2009, expedida pela ANS, deve ser estimada atuarialmente para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à operadora de planos de assistência a saúde.

2.10 Eventos a liquidar e operações de assistência à saúde

A Resolução Normativa 209/2009 determinou a constituição desta provisão a partir de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

De acordo com publicação da RN 227/2010 alterada pela RN 274/2011, determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015, sendo obrigatória a vinculação para eventos que tenham sido avisados à mais de 30 dias para as operadoras de grande porte.

São reconhecidos pelo valor justo e, o que na prática, corresponde ao valor da fatura.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos, usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são reconhecidos sobre o montante registrado relativo à reserva de reavaliação de edificações e sobre o valor total das diferenças entre as taxas de depreciação contábil e fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados a alíquotas de impostos de acordo com a legislação fiscal, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Capital social

As ações são classificadas no patrimônio líquido.

2.15 Reconhecimento da receita e respectivos custos

O resultado é apurado pelo regime de competência e está de acordo com as determinações contidas na Resolução normativa -RN nº 290 de 27 de fevereiro de 2012, da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A apropriação das receitas e contraprestações decorrentes de contratos de preços preestabelecidos é efetuada, considerando o período de cobertura contratual; nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores da receita.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) é efetuada, considerando-se a data da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores, correspondentes aos eventos ocorridos.

As demais receitas e despesas observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

2.16 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros e variações monetárias e cambiais. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

2.17 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes normas apesar de já estarem em vigor desde 1º de janeiro de 2018, até o presente momento, não foram aprovadas para adoção pela ANS – Agência Nacional de Saúde Complementar conforme orientação divulgada através do ofício Circular nº 1/2017/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção", CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil com vigência para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar não aprovou, até o presente momento, a adoção dessa nova norma pelas Operadoras.

ICPC 32 – "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda": essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar não aprovou, até o presente momento, a adoção dessa nova norma pelas Operadoras.

A administração aguarda manifestação do regulador para avaliar os possíveis impactos da adoção das normas acima referidas.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

É constituída para fazer frente ao pagamento de eventos que já tenham possivelmente ocorrido, mas que não tenham sido registrados na contabilidade em virtude da falta de aviso por parte do prestador de serviço. Até 31 de agosto de 2014, o valor dessa provisão era calculado seguindo as orientações da Resolução Normativa ANS nº 209, de 22 de dezembro de 2009, onde a Companhia constituía a PEONA mensalmente, observando o prazo máximo de 6 (seis) anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2008, na proporção cumulativa mínima de 1/72 avos, a cada mês, do valor calculado da referida provisão sempre utilizando o maior entre os seguintes valores:

I - 8,5% (oito vírgula cinco por cento) do total de contraprestações/prêmios nos últimos 12 (doze) meses, na modalidade de preço preestabelecido, exceto aquelas referentes às contraprestações odontológicas; e,

II - 10% (dez por cento) do total de eventos indenizáveis na modalidade de preço pré-estabelecido, nos últimos 12 (doze) meses, exceto aqueles referentes às despesas odontológicas.

A partir de setembro 2014, a Companhia efetuou o cálculo da provisão para eventos ocorridos e não avisados conforme nota técnica atuarial de provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. O valor para provisionamento é calculado com base na metodologia do triângulo de Run Off, aplicando o percentual obtido sobre a média dos eventos indenizáveis avisados nos últimos três meses ao período de cálculo.

A Companhia deverá avaliar a metodologia constantemente e encaminhar novo teste de consistência à ANS no prazo de 18 meses a contar da data do recebimento do ofício nº1432 da ANS, datado de 15 de setembro de 2014.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco do fluxo de caixa associado com taxas de juros. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência a saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. As vendas para clientes são liquidadas por meio de boleto bancário.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Companhia investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

(c) Risco do fluxo de caixa associado com taxas de juros

O risco do fluxo de caixa associado com taxas de juros da Companhia decorre, principalmente, do volume de aplicações financeiras bem como dos empréstimos mantidos pela Companhia.

Todas as movimentações relacionadas à taxa de juros impactam no resultado da Companhia.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras operadoras do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	2019	2018
Total de empréstimos e financiamentos	58	381
Menos: Disponível e Aplicações financeiras	(1.391)	(1.224)

	<u>(42.314)</u>	<u>(29.717)</u>
Dívida (sobra) líquida	<u>(43.647)</u>	<u>(30.560)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>34.821</u>	<u>20.560</u>
Total do capital	<u>(8.826)</u>	<u>(10.000)</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u> </u>	<u> </u>

4.3 Margem de solvência

A Margem de Solvência é regulamentada pela RN 209/09 e alterações da RN 313/12 da ANS, e corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ajustado por efeitos econômicos, na forma da regulamentação do disposto no inciso I do art. 22, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

I - 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos doze meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preços pós-estabelecido; ou

II - 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

O prazo máximo permitido para adequação é até o ano de 2022, onde as operadoras deverão observar a proporção cumulativa mínima nos termos da RN 313/2012. Em 31 de dezembro de 2019, a margem de solvência calculada é de R\$ 31.774 (2018 – R\$ 29.316) e montante exigido na proporção de 77,9% (2018 – 70,52%) do total calculado nos termos da RN 313/2012 é de R\$ 24.752 (2018 – R\$ 20.674).

A Companhia, em 31 de dezembro de 2019, possui um patrimônio líquido ajustado pelos efeitos da IN 50/12 no montante de R\$ 35.062 (2018 – R\$ 20.806) que atende integralmente as regras da Margem de Solvência e demais requisitos definidos pela ANS.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e recebíveis		
Contraprestações pecuniárias a receber	4.816	5.109
Demais contas a receber	12.330	5.433
Disponível	<u>1.391</u>	<u>1.224</u>
	<u>18.537</u>	<u>11.766</u>
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	42.314	29.717
	<u>60.851</u>	<u>41.483</u>
Passivos conforme balanço patrimonial		
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	58	381
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	<u>10.016</u>	<u>9.660</u>
	<u>10.064</u>	<u>10.041</u>

6 Disponível

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	2	1
Numerários em trânsito	20	6
Bancos conta movimento	<u>1.369</u>	<u>1.217</u>
	<u>1.391</u>	<u>1.224</u>

7 Aplicações financeiras

(a) Composição do saldo

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações financeiras não vinculadas	28.695	16.704
Aplicações financeiras vinculadas as provisões técnicas	<u>13.619</u>	<u>13.013</u>
	<u>42.314</u>	<u>29.717</u>

(b) Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado

	<u>Indexadores</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco Santander S.A. - renda fixa	100% CDI	27.650	16.440
Banco Bradesco S.A. - renda fixa	100% CDI	7	27
Banco do Brasil S.A. - renda fixa	100% CDI	1.010	9
Sicoob - renda fixa	100% CDI		228
Outras aplicações		<u>28</u>	

	28.695	16.704
(c) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas		
	Indexadores	2019
Aplicação em renda fixa FI ANS Cooperativa de Crédito Sicoob	100% CDI	7.023
Aplicação em renda fixa FI ANS Banco Santander S.A.	100% CDI	6.707
		6.306
		13.619
		13.013

Os recursos vinculados às provisões técnicas se referem às garantias financeiras exigidas pela ANS para cobrir a PEONA - provisão para eventos ocorridos e não avisados, provisão para ressarcimento ao SUS e provisão para remissão. Atendendo ao disposto na RN 227/2010 alterada pela RN 274/2011, a Companhia mantém a constituição, vinculação e custódia de ativos garantidores das Provisões Técnicas, atendendo aos critérios de diversificação exigidos pela RN 392/2015.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de ativos garantidores vinculados à ANS é composto da seguinte forma: Provisão de Eventos a Liquidar avisados há mais de 30 dias para a Companhia, 100% das Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados e de Remissão.

Conforme previsto na RN 227/2010, foram deduzidos os depósitos judiciais referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos.

8 Contraprestações pecuniárias a receber

	2019	2018
Mensalidades a receber - Pessoa física	1.468	1.584
Mensalidades a receber - Pessoa jurídica (i)	3.984	4.227
	5.451	5.811
(-) Provisão para devedores duvidosos	(636)	(702)
	4.816	5.109

(i) No exercício de 2018 ocorreram reclassificações de saldos de mensalidades a receber de contratos com pessoas jurídicas em consonância com a provisão para prêmios ou contribuições não ganhas – PPCNG, constituída conforme estabelecido na Resolução Normativa - RN n° 314/2012 da ANS, para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer e registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

As faturas e mensalidades a receber por idade são compostas em 31 de dezembro da seguinte forma:

	2019	2018
A vencer	1.823	1.883
Vencidos de 1 a 30 dias	1.985	2.069
Vencidos de 31 a 60 dias	1.064	1.157
Vencidos de 61 a 90 dias	237	357
Vencidos de 91 a 120 dias	126	134
Vencidos de 121 a 180 dias	216	211
	5.451	5.811

A provisão para perdas sobre créditos foi apropriada para cobrir as perdas esperadas na cobrança das contas a receber. A movimentação está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2017	804
Adições	758
Baixa/reversão	(860)
Em 31 de dezembro de 2018	702
Adições	406
Baixa/reversão	(472)
Em 31 de dezembro de 2019	636

9 Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde

Estão compostos por valores a receber decorrentes de convênio firmado com a Associação Beneficente Bom Samaritano, para atendimento dos usuários relativos aos serviços SAMA, mantidos junto ao Município de Maringá, bem como a venda de prestação de serviços não relacionados com planos de saúde da Companhia.

	2019	2018
Contas a receber	1.368	1.616
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(182)	(99)
	1.186	1.517

10 Bens e títulos a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Adiantamentos a fornecedores	102	356
Cheques devolvidos	8	220
Direitos creditórios de José Lazzarotto (i)	496	496
Contas a receber de P.N. Com. e Produções Ltda.	155	155
Outros créditos a receber	<u>646</u>	<u>384</u>
	<u>1.407</u>	<u>1.611</u>
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>134</u>	<u>(335)</u>
	<u>1.273</u>	<u>1.276</u>
Não circulante	<u>(546)</u>	<u>(546)</u>
Circulante	<u>727</u>	<u>730</u>

(i) Refere-se a direitos creditórios de José Lazzarotto de Melo e Souza, cedidos pela então controladora Melo Mora Ltda. à Companhia em 30 de dezembro de 2013. O referido crédito possui uma escritura pública de confissão de dívida com garantia hipotecária. O vencimento original do título era 22 de setembro de 2012 e a administração não realizou a execução da garantia.

11 Impostos a recuperar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRRF a recuperar	3	3
IRPJ a recuperar	399	166
CSLL a recuperar	28	25
PIS/COFINS e CSLL retidos na fonte a recuperar	<u>4</u>	<u>1</u>
	<u>434</u>	<u>195</u>

12 Depósitos judiciais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Depósitos judiciais cíveis	302	277
Depósitos judiciais trabalhistas	21	20
Depósitos judiciais – Eventos a liquidar	<u>1.684</u>	<u>1.617</u>
	<u>2.007</u>	<u>1.914</u>

(i) Referem-se principalmente aos depósitos judiciais efetuados em virtude de questionamentos de ações movidas pela ANS quanto ao atendimento dos beneficiários da operadora em rede hospitalar pública - SUS. Enquanto não ocorre a resolução final desses questionamentos, a operadora efetuou depósitos judiciais para a garantia de valores cobrados referente ao ressarcimento ao SUS.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Tributos diferidos ativos				
Diferenças temporárias	<u>1.181</u>	<u>425</u>	<u>1.213</u>	<u>436</u>
Tributos diferidos passivos				
Reserva de reavaliação	(10)	(3)	(12)	(4)
Taxa de depreciação	<u>(10)</u>	<u>(4)</u>	<u>(9)</u>	<u>(3)</u>
Saldo líquido	<u>1.161</u>	<u>418</u>	<u>1.192</u>	<u>429</u>
Total		<u>1.579</u>		<u>1.621</u>

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos registrados até 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

<u>Ano</u>	<u>2019</u>
2020	283
2021	267
2022	305

2023	347
2024	377
Total	1.579

14 Investimentos

	2019	2018
Cotas de capital Sicoob	1.108	1.034
Cotas de capital Sicredi	3	3
	1.111	1.037

Movimentação dos investimentos

	2019	2018
Saldo em 1ª de janeiro	1.037	3.621
Equivalência patrimonial - Participação societária na Life Guard Participações Ltda. (i)		(151)
Integralização de cotas de capital Sicoob	74	119
Alienação/baixa de outros investimentos		(2.552)
	1.111	1.037

Em 31 de dezembro

(i) Foi realizada AGE da Companhia na data de 29 de março de 2018, onde foi deliberada a distribuição de lucros no montante de R\$ 2.552 para a acionista Multivida Participações S.A. pagos por meio da transferência das quotas que a Companhia possuía no capital social da Life Guard Participações Ltda.

15 Imobilizado**(a) Composição de saldo**

	Taxa de depreciação anual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor Líquido	
				2019	2018
Terrenos		270		270	270
Edificações	4%	105	(63)	42	46
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	1.651	(1.457)	194	142
Máquinas e equipamentos - hospitalares	10%	877	(347)	530	473
Máquinas e equipamentos - não hospitalares	10%	609	(382)	227	236
Equipamentos de informática	20%	802	(576)	226	211
Veículos - hospitalares	20%	408	(286)	122	154
Veículos - não hospitalares	20%	193	(148)	45	21
Outras imobilizações	10%	491	(320)	171	130
		5.406	(3.579)	1.827	1.683

(b) Movimentação

	Terrenos	Edificações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos hospitalares	Máquinas e equipamentos não hospitalares	Equipamentos de informática	Veículos hospitalares	Veículos não hospitalares	Outras imobilizações	Total
Em 31 de dezembro de 2016										
Custo	270	105	1.456	583	624	571	359	155	375	4.498
Depreciação acumulada		(55)	(1.313)	(244)	(334)	(425)	(346)	(120)	(287)	3.124
Saldo contábil, líquido	270	50	143	339	290	146	13	35	88	1.374
Aquisições			91	181	47	148	159		58	684
Alienações				(1)	(54)	(7)				(62)
Efeitos no custo				(5)	(84)	(10)				(99)
Efeitos na depreciação acumulada				4	30	3				37
Depreciação		(4)	(92)	(46)	(47)	(76)	(18)	(14)	(16)	(318)
Saldo contábil, líquido	270	50	143	339	290	146	13	35	88	1.374
Em 31 de dezembro de 2018										
Custo	270	105	1.547	759	587	709	518	155	433	5.083
Depreciação acumulada		(59)	(1.405)	(286)	(351)	(498)	(364)	(134)	(303)	(3.400)

Planilha2

Saldo contábil, líquido	270	46	142	473	236	211	154	21	130	1.683
Aquisições			104	118	22	101			58	441
Alienações										
Efeitos no custo						(8)	(110)			(118)
Efeitos na depreciação acumulada						8	110			118
Depreciação		(4)	(52)	(61)	(31)	(86)	(32)	(14)	(17)	(297)
Saldo contábil, líquido										
Em 31 de dezembro de 2019										
Custo	270	105	1.651	877	609	802	408	193	491	5.406
Depreciação acumulada		(63)	(1.457)	(347)	(382)	(576)	(286)	(148)	(320)	(3.579)
Saldo contábil, líquido	270	42	194	530	227	226	122	45	171	1.827

16 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Movimentação			
	2018	Adições	Baixas	2019
Provisão para remissão (i)	5		(2)	3
Provisão prêmios/contribuições não ganhas – PPCNG (ii)	1.760	157.911	(157.902)	1.769
Provisão para ressarcimento ao SUS (iii)	5.221	5.000	(1.390)	8.831
Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iv)	4.521	663	(263)	4.921
Provisão eventos a liquidar e operações de assistência à saúde (v)	7.283	92.578	(92.255)	7.606
	18.790	256.152	(251.812)	23.131

	Movimentação			
	2018	Adições	Baixas	2019
Provisão para remissão (i)	3		(3)	
Provisão para ressarcimento ao SUS (iii)	209		(83)	126
	212		(86)	126

(i) A Companhia contratou atuário independente, conforme estabelecido pela Resolução Normativa - RN 160/2007, para realização do cálculo relativo à provisão para remissão para fazer frente às cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referente às coberturas de assistência à saúde, que resultou em um valor a ser reconhecido de R\$ 3.

(ii) A provisão para prêmios ou contribuições não ganhas – PPCNG, foi constituída conforme estabelecido na Resolução Normativa - RN no 314/2012 da ANS, para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer e registrar a receita de prêmio ou contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

(iii) A provisão para ressarcimento ao SUS foi constituída, conforme estabelecido na Instrução Normativa Conjunta - INC DIOPE e DIDES nº 05/2011 da ANS, com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI), considerando o percentual histórico de cobrança (%hc), somado ao montante total cobrado nas Guias de Recolhimento da União (GRU) emitidas e ao saldo de parcelamento aprovado pela ANS.

(iv) A Companhia efetuou o cálculo da provisão para eventos ocorridos e não avisados conforme nota técnica atuarial de provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, reconhecendo no balanço de 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 4.521 e no balanço de 31 de dezembro de 2019 o valor de R\$ 4.921, que representa o total apurado como valor a ser provisionado, constituindo-se, portanto, o valor integral exigido da PEONA.

(v) Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para eventos a liquidar e operações de assistência à saúde possuía um saldo de R\$ 7.606 (2018 - R\$ 7.283), composto por consultas e honorários médicos, exames e terapias e demais dispêndios assistenciais, constituída com base nos valores a pagar decorrentes desses eventos ocorridos e devidamente notificados a Companhia pelos prestadores de serviços.

17 Tributos e encargos a recolher

	2019	2018
IRPJ a recolher	465	740
CSLL a recolher	168	268
IRPJ a recolher - parcelamento		
CSLL a recolher - parcelamento		
Cofins a recolher - parcelamento		6
INSS a recolher	138	106
FGTS a recolher	45	35
ISSQN a recolher	2.375	1.157
PIS a recolher	34	38
COFINS a recolher	209	233
IRRF, PIS, COFINS, ISS, INSS e CSLL retidos na fonte a recolher	334	303

<u>3.768</u>	<u>2.886</u>
--------------	--------------

(i) A Companhia provisiona 100% dos débitos com ISSQN e efetua recolhimento dos valores devidos no município de Maringá – PR. Os valores devidos para os demais municípios estão provisionados e aguardam julgamento da ADPF 499 proposta pela CNS que deverá ocorrer até 15 de abril de 2020.

18 Débitos diversos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e encargos sociais a pagar	854	718
Fornecedores	476	467
Depósitos de Beneficiários de Planos de Assistência à Saúde	746	423
Aluguéis a pagar	107	99
Outros débitos a pagar	224	642
	<u>2.407</u>	<u>2.350</u>

19 Empréstimos e financiamentos

	<u>2019</u>			<u>2018</u>	
	Taxa de Juros %	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco Santander S.A.	1,31% a.m.			237	
Banco Santander S.A.	0,97% a.m.	38	7		44
BNDES	0,90% a.m.	13		28	
		<u>51</u>	<u>7</u>	<u>337</u>	<u>44</u>

A movimentação de empréstimos é assim representada:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo em 1º de janeiro	<u>380</u>	<u>745</u>
Novas contratações	331	152
Amortizações	(668)	(566)
Juros provisionados	15	49
Saldo em 31 de dezembro	<u>58</u>	<u>380</u>

As parcelas dos empréstimos e financiamentos registradas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

Ano	<u>2019</u>	<u>2018</u>
2020		38
2021	7	6
Total	<u>7</u>	<u>44</u>

20 Provisões

	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2019</u>
Provisões trabalhistas (i)	259	78	(227)	110	179	(70)	219
Provisões cíveis (ii)	148	673	(273)	548	100	(81)	567
Provisões tributárias (iii)	3.492	285	(554)	(3.223)	250	(728)	2.745
	<u>3.899</u>	<u>1.036</u>	<u>(1.053)</u>	<u>3.881</u>	<u>529</u>	<u>(879)</u>	<u>3.532</u>
Circulante				(3.223)			(2.745)
Não Circulante	<u>3.899</u>			<u>658</u>			<u>787</u>

(i) Trabalhistas

Em 31 de dezembro 2019, a Companhia possuía provisões constituídas no valor de R\$ 219 (2018 – R\$ 110) referente a processos, cujos riscos de perda foram considerados como provável. A administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas contingências, registrando provisões para perda quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

Em 31 de dezembro de 2019, não havia ações judiciais trabalhistas classificadas, com o auxílio de assessores jurídicos, com risco de perda possível (2018 - R\$ 204).

(ii) Cíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía provisões constituídas no valor de R\$ 567 (2018 – R\$ 548) para processos cuja probabilidade de perda fora classificados como perda provável. Refere-se à provisão constituída para fazer face aos riscos com ações cíveis movidas, principalmente, por usuários dos planos de saúde da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, as ações judiciais cíveis classificadas com risco de perda possível, com o auxílio de assessores jurídicos, são no montante de R\$ 2.278 (2018 - R\$ 2.349).

(iii) Tributárias

Refere-se substancialmente a provisão constituída para fazer face aos riscos tributários de contribuição previdenciária, relacionados a serviços de terceiros. Esses montantes são considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando a administração, com o auxílio dos assessores jurídicos, entende que o risco de perda seja provável.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não há ações judiciais tributárias classificadas com risco de perda possível pela administração, com o auxílio dos assessores jurídicos.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é composto por 9.293.047 (nove milhões, duzentos e noventa e três mil e quarenta e sete) ações ordinárias, totalizando o montante de R\$ 9.293, assim distribuído entre os acionistas:

	2019		2018	
	Nº de ações	Participação %	Nº de ações	Participação %
Multivida Participações S.A.	9.293.047	100,00%	9.293.047	100,00%
	9.293.047	100,00%	9.293.047	100,00%

Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 550 mediante a emissão de 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, perfazendo um total de R\$ 550, que foram subscritas e integralizadas por meio da aplicação de parte do saldo da Reserva de Lucros.

(b) Dividendos sobre lucros acumulados

Em 25 de fevereiro de 2019, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos sobre lucros no montante de R\$ 1.910 pagos em 25 de fevereiro de 2019, em moeda corrente nacional.

Em 28 de maio de 2019, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos sobre lucros no montante de R\$ 6.000 pagos em 29 de maio de 2019, em moeda corrente nacional.

Em 18 de dezembro de 2019, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos sobre lucros no montante de R\$ 4.000 pagos em 18 de dezembro de 2019, em moeda corrente nacional.

(c) Reserva legal

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da Reserva legal já ter sido constituída até o limite de 20% do Capital social, conforme previsão do seu Estatuto Social, a Companhia não destinou parte do lucro do exercício para constituição da reserva legal (2018 – R\$ 958). O excesso de reservas de lucros em relação ao Capital Social será objeto de destinação na próxima AGE.

(d) Reserva de retenção de lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi retido o montante de R\$ 23.538 (2018 – R\$ 9.272) a título de reserva de lucros.

22 Lucro por ação - básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício.

	2019	2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	26.171	24.773
Número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (milhares)	9.293	8.789
Lucro básico e diluído por ação – Em R\$	2,82	2,82

23 Dividendos

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	26.171	24.773
Constituição da reserva legal (5%)		(315)
Base de cálculo dos dividendos	26.171	24.458
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	6.543	6.115

Durante o exercício de 2019, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos sobre o lucro do exercício no montante de R\$ 11.910 (R\$ 1,28 por ação), os quais foram distribuídos dentro do próprio exercício. A parcela de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 6.543 já está incluída no referido montante.

Durante o exercício de 2018, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos sobre o lucro do exercício no montante de R\$ 20.492 (R\$ 2,34 por ação), os quais foram distribuídos dentro do próprio exercício. A parcela de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 6.115 já está incluída no referido montante.

24 Partes relacionadas

(a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante o exercício de 2019, não houve pagamentos (R\$ 15 em 2018) relativos à remuneração dos Administradores (pró-labore e honorários). É concedido aos diretores e administradores da Companhia, seguro saúde e seguro de vida em grupo igualmente concedido a todos os colaboradores da Companhia.

A Companhia não concede outros benefícios aos administradores ou empregados.

b) A Companhia possui um saldo a receber no montante de R\$ 9.934 - junto a sua controladora **Multivida Participações S.A.** decorrentes do compartilhamento de gastos realizados com o centro de serviços compartilhados. O montante total gasto com o centro de serviços compartilhados foi de R\$ 9.429 (R\$ 11.551 em 2018) registrado como despesa administrativa durante o exercício de 2019.

Refere-se principalmente ao montante de R\$ 9.934 junto a sua controladora Multivida Participações S.A. que será realizado até o final de dezembro de 2020 por meio da prestação de serviços realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados. Essa operação possui vencimento em 31 de dezembro de 2020 e não possui juros ou correção monetária.

(c) A Companhia possui um saldo a receber no montante de R\$ 1 e um saldo a pagar no montante de R\$ 4.390 em "Provisões de eventos a liquidar e operações de assistência a saúde" junto ao **Hospital Bom Samaritano de Maringá S.A.** decorrentes da prestação de serviços de atendimento médico hospitalar e ambulatorial para os beneficiários da Companhia. O montante total gasto com a prestação de serviços de atendimento médico hospitalar e ambulatorial para os beneficiários da Companhia foi de R\$ 50.687 (R\$ 42.269 em 2018) registrado como "Eventos indenizáveis líquidos" durante o exercício de 2019.

25 Despesas por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Comissões	2.694	2.504
Custo assistencial	93.069	81.375
Despesa de salário e benefícios a empregados	2.373	2.091
Despesa com serviços de terceiros	10.798	12.826
Encargos de depreciação e amortização	307	318
Despesas de localização e funcionamento	3.072	2.776
Despesas com publicidade e propaganda	714	1.059
Outras despesas	<u>615</u>	<u>1.068</u>
	<u>113.642</u>	<u>104.017</u>
Eventos indenizáveis líquidos	93.069	81.375
Despesas de comercialização	2.694	2.504
Despesas administrativas	<u>17.879</u>	<u>20.138</u>
	<u>113.642</u>	<u>104.017</u>

26 Eventos médico-hospitalares – Informação regulamentada pela ANS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos Médicos Hospitalares Assistência Médico-Hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2019 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01 de novembro de 2013, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido.

Planos individuais/familiares firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1988, com cobertura médico hospitalar e modalidade de preço preestabelecido.
Valores expressos em milhares de reais

	<u>Consulta médica</u>	<u>Exames</u>	<u>Terapias</u>	<u>Internações</u>	<u>Outros atendimentos</u>	<u>Total</u>
Rede contratada	<u>2.230</u>	<u>2.410</u>	<u>511</u>	<u>6.360</u>	<u>461</u>	<u>11.971</u>
Total	<u>2.230</u>	<u>2.410</u>	<u>511</u>	<u>6.360</u>	<u>461</u>	<u>11.971</u>

Os valores líquidos estão deduzidos de glosas, recuperação por coparticipação e outras recuperações.

27 Receitas patrimoniais

Em 2019, o valor de R\$ 273 (2018 – R\$ 258) refere-se, principalmente, a sublocação de imóveis localizados na cidade de Maringá-PR e das distribuições de sobras realizadas pelo Sicoob e Sicredi, reconhecido, mensalmente, de acordo com o período de competência.

28 Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas com Operações de Assistência Odontológica		
Odontologia	2.981	2.989
Ortodontia	<u>473</u>	<u>160</u>
	<u>3.454</u>	<u>3.149</u>
Outras receitas operacionais		
Aditivos contratuais (i)	1.980	2.212
Outras receitas	<u>457</u>	<u>118</u>
	<u>2.436</u>	<u>2.330</u>
Total	<u>5.891</u>	<u>5.479</u>

(i) Os aditivos contratuais correspondem as receitas decorrentes de serviços complementares (não previstos no contrato original), opcionais oferecidos pela Companhia decorrentes principalmente de seguro remissão, seguro de vida, auxílio funeral, remoção e aeromédico.

29 Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora

<u>2019</u>	<u>2018</u>
-------------	-------------

Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	578	474
Seguro de vida e auxílio funeral	420	372
Serviços odontológicos	1.722	1.562
Seguro desemprego e remissão	981	860
Despesas com serviços aero médicos	30	25
Materiais e medicamentos	92	116
Despesas de Certificação Médico Aeronáutica	596	580
Outros resultados	331	245
	4.750	4.232

30 Resultado financeiro, líquido

Despesa financeira	2019	2018
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(15)	(52)
Despesas com taxas bancárias	(887)	(613)
Juros e multas sobre títulos e tributos em atraso	(363)	(12)
Descontos concedidos	(280)	(312)
Despesas financeiras do ressarcimento ao SUS	(724)	(335)
Outras despesas financeiras	(11)	(48)

Total das despesas financeiras **(2.280)** **(1.372)**

Receita financeira	2019	2018
Rendimentos de aplicações financeiras	1.152	1.194
Descontos financeiros obtidos	2	10
Juros por recebimento em atraso	984	1.002
Atualização monetária de créditos	103	456

Total das receitas financeiras **2.241** **2.662**

31 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.830	39.830	38.426	38.426
Efeito das adições e (exclusões) nos cálculos dos tributos:				
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	292	292	918	918
Base de cálculo do Imposto de renda e contribuição social	40.122	40.122	39.344	39.344
Imposto de renda e contribuição social corrente	(10.005)	(3.611)	(9.811)	(3.541)
Impostos diferidos				
Base de cálculo - provisões para perdas, riscos cíveis e tributários	(122)	(122)	(889)	(889)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(32)	(11)	(221)	(80)
Despesa total	10.037	3.622	(10.032)	(3.621)

33 Seguros (Não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça/lucros cessantes/ equipamentos/ danos morais e corporais/ riscos aeronáuticos	17.501

Maringá, 20 de março de 2020
A Administração

Fábio Minamisawa Hirota
Diretor Financeiro

Carlos Augusto Ferreira
Diretor

Gilson A. Leonarczyk
Contador CRC: 1PR054776/O-9

Sandra Regina Odelli
MIBA: 1.209